



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA DA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA,
REALIZADA NO DIA CATORZE DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E VINTE E QUATRO**

Aos catorze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Tabuaço e Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal, com a presença de vinte e três membros, verificando-se a ausência dos Deputados **Berta Ferreira Moutinho Amaral**, **Francelina Rodrigues Teixeira Gomes** e do **Presidente da Junta de Freguesia da Desejosa**, que justificaram a respetiva falta por motivos pessoais e profissionais, e do **Artur Pina Martins**, e **Presidente da Junta da União das Freguesias de Távora e Pereiro**. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao Plenário de alguns pedidos de substituição ao abrigo do disposto nos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, nomeadamente pelo Deputado **Nuno Manuel Paiva de Oliveira**, tendo sido convocado a cidadã subsequente na lista, **Sónia Cristina Rodrigues Resende**, e ainda do pedido de substituição da Deputada **Rosa Maria Alves de Sousa**, tendo sido convocado o cidadão subsequente na lista **Micael Lamego dos Santos**. -----

Efetuada a chamada e verificada a existência de quórum, deu-se início aos trabalhos quando eram catorze horas e quarenta e cinco minutos, sendo a sessão presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, **Leandro Filipe Almeida de Carvalho Macedo**, e secretariada por **Álvaro Correia Soares Martinho** e **Gisela Catarina Pereira dos Santos**, respetivamente, Primeiro e Segundo Secretários. ----

O Executivo Municipal esteve representado pelo Presidente, **Carlos André Teles Paulo de Carvalho**, e pelos Vereadores, **Anabela Susana Paiva Martins Oliveira** e **Carlos Martins dos Santos Portugal**.

O Presidente da Assembleia Municipal saudou os presentes bem como os que acompanhavam através da página oficial do *Facebook* da Assembleia Municipal de Tabuaço. -----

Seguidamente, a Secretária da Assembleia Municipal procedeu à leitura da convocatória, na qual constava a seguinte: -----

ATA 14 || 2021.2025 Fls. 283



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

===== ORDEM DE TRABALHOS =====

I. PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO DO PÚBLICO. -----

II. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

III. ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM: Apreciação da **informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município** [cfr. alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO DOIS: Apreciação do **relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Tabuaço, respeitante ao ano de 2023** [cfr. n.º 2 do artigo 32.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada em anexo à Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual]; -----

PONTO TRÊS: Apreciação, discussão e votação da **segunda proposta de atualização da Estratégica Local de Habitação do Concelho de Tabuaço** [cfr. n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto]; -----

PONTO QUATRO: Apreciação, discussão e votação da **proposta da Carta Educativa do Concelho de Tabuaço** [cfr. n.º 1 do artigo 14.º do Decreto de Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual];

PONTO CINCO: Apreciação, discussão e votação da **proposta do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações e Entidades do Concelho de Tabuaço** [cfr. alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO SEIS: Apreciação, discussão e votação da **proposta do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia** [cfr. alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro]; -----

PONTO SETE: Apreciação, discussão e votação da **proposta de autorização para a abertura de procedimento concursal, em regime de mobilidade entre órgãos, para o recrutamento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico para exercer funções na Divisão de Gestão e Administração do Território** [cfr. n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro];

ATA 14 || 2021.2025 Fls. 284



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PONTO OITO: Outros assuntos de interesse para o Município. -----

Antes da apreciação da ata da reunião anterior o Presidente da Assembleia Municipal informou que as sessões costumam realizar-se no final do mês, mas tendo em conta ao ponto três da ordem do dia teve de antecipar a reunião. -----

Passou-se à apreciação da ata da reunião realizada a vinte e dois de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, o Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata da reunião anterior tinha sido remetida juntamente com a documentação respeitante aos assuntos que constavam do período da “Ordem do Dia” e questionou o Plenário se queria fazer alguma correção ou contributo do que nela estava vertido. Não houve nenhum apontamento a fazer, pelo que foi colocada a votação, tendo antes o Presidente da Assembleia lembrado de que quem não esteve presente nessa sessão se deveria abster de votar, porque a legislação assim o referia, segundo os artigos 57.º e 58.º da Lei n.º 75/2013 concatenado com o disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo “*não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita*”. -----

Colocada a ata a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, por vinte votos favoráveis. De referir que no momento da votação, o deputado **Álvaro Correia Soares Martinho** e o **Presidente da Junta da União de Freguesias de Pinheiros e Vale de Figueira** não participaram da votação pelo facto de não terem estado presentes na reunião em causa. -----

Posteriormente, deu entrada no **PERÍODO** reservado à **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, e constatando a presença de um munícipe, questionou se estaria interessado em intervir. -----

Foi assim concedida a palavra ao munícipe, **José Luís Pinto Barradas**, que começou por cumprimentar todos os presentes. Referiu que o que o trouxe à Assembleia Municipal eram duas questões, começando por afirmar que acreditava em toda a gente enquanto não tivesse a noção que o estavam a enganar, portanto considerava a presunção de inocência. Dirigiu-se à atual vereadora da Câmara Municipal dizendo que esteve presente na reunião ordinária da câmara no dia nove de novembro de dois mil e vinte e três, questionando-a sobre determinadas situações, ao qual a senhora vereadora lhe tinha respondido que iria receber um parecer em breve, parecer que até aos dias de hoje ainda não o tinha recebido. Mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disse, que no dia oito escreveu uma carta registada a solicitar a ata da reunião em causa, e até hoje ainda não a tinha recebido, questionando a senhora vereadora o que tinha ela a dizer sobre o assunto. -

Interveio o **Presidente da Assembleia Municipal** para informar o senhor município, que com algum efeito pedagógico, a intervenção do público é para interpolar a mesa da assembleia, a assembleia e o executivo, e nesse sentido teria de expor primeiro as suas questões, para depois serem tratadas e respondidas. -----

Continuou o município, José Luís Pinto Barradas, em que a segunda questão, se devia ao facto de o senhor Presidente da Assembleia na última assembleia não lhe ter dado a palavra. -----

Para dar resposta, o **Presidente da Assembleia Municipal** disse que em relação à questão de não lhe ter dado a palavra no período de intervenção do público, se devia ao facto de esta ter um tempo limitado. Informou ainda que na altura o município trouxe um assunto que lhe foi comunicado na hora, e que não era competência do público fazer a apresentação do mesmo, ou seja, seriam dois votos de louvor, ao qual o Presidente da Assembleia Municipal lhe explicou que teria de ser da iniciativa de um dos deputados avançar com estes. Mais disse que se esqueceu de o informar que durante aquela sessão isso não iria acontecer, e não tinha de lhe dar novamente a palavra. Lamentou ainda que no dia se esqueceu de o informar. -----

Referiu ainda, que o município continuou na sessão numa expectativa de que o assunto fosse discutido, mas que não depende com certeza da iniciativa dos senhores deputados, e que está convencido que na hora nenhum optou por fazer a proposta por não terem tempo sequer de se debruçar sobre a mesma. --

Interveio, novamente, o município, **José Luís Pinto Barradas**, para dizer que o Presidente da Assembleia, na última sessão lhe disse que podia vir à próxima Assembleia Municipal para esclarecer as suas propostas feitas na sessão de setembro, o município afirmou ainda que o senhor deputado João de Oliveira Nápoles de Carvalho e o senhor deputado Aires Antunes Moreira Sá Ferreira, iriam pegar nas suas propostas. Disse ainda que o senhor Presidente da Assembleia Municipal o tinha informado que teria de apresentar novamente as suas propostas, ao qual o município lhe respondeu que não, visto que o Presidente da Assembleia Municipal poderia verificar a sua posição aquando da apresentação das suas propostas. -----

ATA 14 || 2021.2025 Fls. 286



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal**, interveio, dizendo que sim, se houvesse iniciativa dos deputados da Assembleia Municipal, solicitando ainda que o município concluísse para poderem dar seguimento aos trabalhos, uma vez que na intervenção do público não pode existir diálogo, e numa atitude pedagógica, o município fazia a sua intervenção, posteriormente seriam dadas as explicações e caso o entendesse podia pedir a palavra novamente. -----

No uso da palavra, o município, **José Luís Pinto Barradas**, disse que pediu a palavra na última sessão e o senhor Presidente da Assembleia Municipal não lha deu, mais disse que no intervalo o questionou sobre o assunto, e as palavras do senhor Presidente da Assembleia Municipal caíram no esquecimento. O município disse que o esquecimento era normal e que entendia o motivo pelo qual não lhe deu a palavra, pois foi mais vítima que culpado. -----

Continuou a sua intervenção dizendo que não pegaram nas suas propostas, mas que não pensassem que ele queria protagonismo, porque nunca o teve, pois carregou nos ombros durante vários anos o nome de Tabuaço através das suas intervenções quer a nível do desporto, quer a nível do dirigismo, a nível da arbitragem, a nível das questões sobre os correios, e dos mesmos ainda estarem abertos atualmente em Tabuaço. -----

Terminou a sua intervenção, dando como exemplo, e no seguimento das suas duas propostas, que o Dr. José Carlos Pinto dos Santos foi hospitalizado há poucos dias, e por acaso não faleceu, mas se tivesse acontecido, iriam certamente apresentar um voto de pesar na sessão. Referiu, novamente, que foi ele que fez a escolha de apresentar os votos de louvor, carregando o nome de Tabuaço, bem como outras pessoas a custo zero, não ganhando nada com isso, cumprindo religiosamente o que a Câmara lhes dava, porque tinham de trabalhar. -----

Para dar resposta à intervenção do município, foi concedida a palavra à **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu que era verdade que o senhor José Luís Pinto Barradas esteve presente na reunião de Câmara, onde estava a exercer funções em substituição do senhor Presidente da Câmara, bem como os senhores vereadores, nomeadamente, o senhor vereador Carlos Portugal, presente na sessão. Informou que o que foi dito ao que o senhor José Luís Pinto Barradas questionava sobre a situação do muro do Ratinho, e conforme consta da ata, foi que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iria questionar, o senhor consultor jurídico, uma vez que era um processo que estava em tribunal, e que se a indicação deste fosse no sentido de que a Câmara era obrigada a demolir ou qualquer outra instância, nomeadamente o senhor juiz, assim o fariam. Dirigiu-se ao senhor José Luís Pinto Barradas, dizendo que existe uma ata que os senhores vereadores aprovaram, e, portanto, o texto que lá está vertido é verdadeiro, caso contrário os senhores vereadores não a aprovariam, nomeadamente o senhor vereador da oposição presente na sessão. -----

Continuou a sua intervenção dizendo que após a reunião de Câmara, o munícipe solicitou a cópia da ata, e o que lhe foi comunicado, foi que esta só lhe poderia ser dada, como é lógico, quando ela fosse remetida a votação pelo órgão executivo, e que após essa mesma aprovação, solicitou aos serviços que lhe fosse remetida uma cópia. Disse ainda, que se confrontou no momento com a situação de que, afinal a cópia não lhe tinha sido entregue, e por isso é que chamou o responsável pelas reuniões de Câmara, para lhe perguntar por que razão é que lhe foi dada essa indicação e a mesma não foi cumprida. O senhor Ernesto Fonseca indicou-lhe que a ata não foi remetida, ou seja, não a encaminhou, ao contrário do que lhe foi indicado. Informou ainda o munícipe que as atas estão publicadas no *site* do município, e que a qualquer altura as poderia consultar. Solicitou ao responsável pelas reuniões de Câmara que se lhe entregasse uma cópia da ata, no momento para poderem depois esclarecer todas as situações, onde está vertido o teor da sua reclamação e ou da sua exposição. -----

Interveio novamente o munícipe, **José Luís Pinto Barradas**, dirigindo-se à Vice-Presidente da Câmara, para lhe dizer que a mesma abandonou a reunião, deixando-o a falar sozinho com o senhor vereador Carlos Portugal presente na sessão. Disse ainda que um munícipe tem o direito de ser recebido e de ser esclarecido, porque é o munícipe que com os seus descontos paga os ordenados de todos os presentes, visto que aquilo era do povo, e por isso entendeu que ao abandonar a reunião, a senhora Vice-Presidente não teve uma atitude correta, porque não o justificou. -----

Concluiu dizendo que o mandam ir ver o *site* do município, e uma vez que não percebe de internet, devia ser esclarecido por carta, porque foi sempre assim que todos os Presidentes de Câmara o fizeram. -----

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo dado conhecimento da informação que pode ser pertinente para o trabalho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos senhores deputados, nomeadamente o correio eletrónico que lhes foi reencaminhado da ANAM com alguns pareceres jurídicos sobre o funcionamento quer das Câmaras Municipais, quer das Assembleias Municipais deste país, e que são alvo da emissão desses pareceres, para também os senhores deputados os poderem analisar e irem atualizando os seus conhecimentos. -----

Deu nota, que após a solicitação na última reunião acerca da atualização do site do município de Tabuaço, mais propriamente no que refere à informação prestada sobre a Assembleia Municipal, foi solicitado também aos senhores deputados para fazerem chegar algumas informações, nomeadamente algumas fotografias, o que está a acontecer e, portanto, muito brevemente o site do município estará atualizado. -----

Deu nota da correspondência que chegou aos serviços da Assembleia Municipal no período que intermediou a última reunião de vinte e dois de dezembro e esta, nomeadamente a divulgação de algumas publicações e de alguns jornais e revistas, bem como de convites que lhe foram dirigidos, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

Mencionou que o Executivo deu conhecimento das atas das reuniões da Câmara Municipal no período que intermediou a última reunião ordinária de dezembro e esta, encontrando-se disponíveis na página eletrónica do Município de Tabuaço, como referiu anteriormente a Vice-Presidente da Câmara. -----

Por fim, o Presidente da Assembleia Municipal apresentou uma proposta de voto de louvor ao senhor Marcos António Neves da Fonseca, cujo teor seguidamente se transcreve: -----

“Marcos António Neves da Fonseca iniciou a sua carreira de bombeiro em 1993, integrando o Corpo Ativo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tabuaço enquanto Bombeiro Auxiliar. Em 1996 chega a Bombeiro de 3ª classe e em 2007 é nomeado Adjunto de Comando do CB de Tabuaço, cargo que viria a desempenhar até 2011 quando é nomeado 2.º Comandante, mantendo-se na função até 2018 ano em que assume o cargo de Comandante em Regime de Substituição, tendo sido depois em 2019 indigitado como Comandante do CB de Tabuaço. -----

As suas funções, no entanto, não se esgotam nestes cargos: enquanto Secretário fez parte da Direção da Associação onde assume o comando ao mesmo tempo que exerceu cargos directivos na Federação de Bombeiros do Distrito de Viseu e comandante de Setor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Foram mais de 30 anos ao serviço dos Bombeiros, antes de mais, ao serviço da Comunidade. Ao serviço de uma estrutura na qual acreditava e, sabemos, continua a acreditar. -----

É inegável o reconhecimento e o respeito que Marcos Fonseca foi conquistando ao longo destes 30 anos. Uma etapa de vida marcada por grandes mudanças e desafios constantes. Na Associação dos Bombeiros de Tabuaço, com os seus pares, viveu o bom e o mau que uma estrutura como esta implica. Tragédias, perdas. Mudanças estruturais, operacionais e financeiras. De atitude activa, participativa e empenhada, assistiu à mudança que conduziu ao que hoje, a nível nacional, é a Associação dos Bombeiros Voluntários de Tabuaço. Contribuiu para essa mudança. Ele próprio, juntamente com as suas equipas, foi a mudança necessária para fazer crescer os Bombeiros Voluntários de Tabuaço. E nesse esforço, conquistou o respeito, a confiança e o reconhecimento por onde passou e com quem trabalhou. -----

Por todo o seu percurso, por toda a entrega e altruísmo, pelo desempenho na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tabuaço e na nossa Comunidade, apresento um voto de louvor e reconhecimento a Marcos Fonseca. -----

Que, se aprovado pelo plenário, dele deverá ser dado conhecimento ao agraciado." -----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que a proposta de voto seria colocada a votação no final do "Período de Antes da Ordem do Dia". -----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal abriu espaço para a intervenção do Plenário, tendo-se inscrito o deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

Foi dada a palavra ao deputado **Cristofe Pedrinho**, que após cumprimentar os presentes na sessão, disse que o assunto que trazia seria breve, e que tinha a ver com a portaria que foi aprovada no dia dezasseis de janeiro, portaria n.º 122/2024 da nova Zona do Património, no caso a Zona Proteção do Douro, que foi alterada, criando zonas na região do Douro. Afirmou ser uma situação importante para a região do Douro, mas também para o concelho de Tabuaço, e que no caso passará a haver duas zonas distintas dentro da Zona Especial de Proteção que existia anteriormente. Lançou dois desafios ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que pensa que será integrada no Plano Diretor Municipal (PDM), ou seja, se esse ajuste será feito, bem como a criação de sessões de esclarecimento junto das freguesias, para que todos possam conhecer quais são as suas limitações, a quem pertence essa nova zona, e ainda quais as alterações nessa zona para o concelho. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo mais intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para dar resposta às questões levantadas. -----

O **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, e após saudar os presentes na sessão, pronunciou-se sobre a ausência do senhor vereador Manuel Costa, visto que tinha justificado a sua ausência por motivos profissionais. -----

No que concerne à intervenção do deputado **Cristofe Pedrinho**, o Presidente da Câmara confirmou a aprovação de zonas distintas, ao qual o concelho se insere. Começou por explicar a quem não esteja tão familiarizado com o assunto que, nomeadamente Valença do Douro, Balsa, parte de Adorigo, e parte da Desejosa, estão inseridas em zona de Património Mundial, onde essa zona tem a sua especificidade a nível daquilo que regulamenta, daquilo que é permitido edificar, ou seja, não depende do executivo, antes pelo contrário, depende de uma serie de entidades, o que diminui grandemente a autonomia naquelas zonas. Continuou referindo que, atualmente os próprios PDM'S são muito restritos, e a própria preocupação com aquilo que é a realidade arquitetónica, com a preservação do espaço e do edificado, muita das vezes as entidades que superintendem acabam por criar mais constrangimentos, inviabilizando uma serie de investimentos que seriam fundamentais para a sedimentação da população. A fixação das pessoas e a sustentabilidade económica, face a um fundamentalismo é decidido a régua por pessoas que representam essas entidades, e que não estão familiarizadas, nem conhecem o território. Mais disse que o concelho fruto daquilo que é a sua vicissitude e as suas características, acaba por obter decisões danosas para o mesmo, pois para além do que é o Património Mundial, existe uma zona de proteção à volta, que é a área classificada, onde esta englobada praticamente a totalidade do concelho. Mais disse que na sua opinião a Zona Especial de Proteção não é regulamentada e tem uma série de situações que são indicativas, situações essas que obrigam a determinadas regras, onde a reivindicação sempre foi que se diminuísse a Zona Especial de Proteção ou até extingui-la, ou então definir uma coisa incomparavelmente mais pequena do que aquilo que é atualmente. -----

Continuou dizendo que na realidade sempre foram tendo a resistência da Direção Regional de Cultura do Norte, o antigo IGESPAR, porque justificavam e fundamentavam essa decisão com o facto de a UNESCO não aceitar que o município diminua o que distingue essa Zona Especial de Proteção, afirmando que tem sido uma luta, porque têm uma dificuldade em áreas onde não se justifica, até por

ATA 14 || 2021.2025 Fls. 291



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aquilo que é a realidade arquitetónica e especificidade do concelho. Deu como exemplo, uma vez que tinham falado sobre isso noutras assembleias, o Estado obrigava a pareceres da Direção Regional na sede do Concelho e toda a Zona Especial de Proteção, a substituir telha por telha, pois não era permitido painéis de sanduíche, mas depois na escola, o dinheiro já só dava para placas sanduíche e aí o próprio Estado ia fazer aquilo que uma outra entidade pública não permitia fazer. Isto para dizer que tinham essas exigências. No seu entendimento, a Direção Regional de Cultura do Norte está a começar a tentar ir um pouco de encontro com estas reivindicações, criando diferentes graduações de exigência nesta Zona Especial de Proteção, sendo que foi proposto à UNESCO e a mesma aceitou, ou seja, a zona mais perto do Património Mundial tem uma exigência maior e as zonas mais longe que se integram nesta mesma Zona Especial de Proteção terão uma exigência menor, sendo que não houve diminuição dessa área pela fundamentação deles. Afirmou ainda que iria ser integrado no próprio PDM de Tabuaço, agradecendo a sugestão do deputado Cristofe Pedrinho. -----

Deu ainda nota que já tinham pensado numa fase inicial, em reuniões com os elementos das juntas de freguesia, avançarem com essa apresentação, mas estavam pendentes ainda da equipa do município responsável pela revisão do PDM, por aquilo que é a formação e o conhecimento de causa da mesma, fazendo todo o sentido que sejam eles a verter grande parte destas indicações para aquilo que é o documento que estão a rever no momento. Agradeceu a sugestão, estando perfeitamente disponíveis, sugerindo que o poderiam fazer numa próxima Assembleia Municipal, ou então eventualmente para não se repetirem, sugeriu que os presidentes de junta convidassem nas diferentes sessões de esclarecimento os senhores deputados a estarem presentes. -----

Conclui a sua intervenção dizendo que não consegue entrar na especificidade daquilo que serão as tais graduações, até porque o seu conhecimento não vai até esse ponto e até essa especificação, mas com toda a certeza que depois quem de direito, o fará numa próxima Assembleia Municipal ou eventualmente nas tais sessões a realizar. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a intervenção dizendo que os serviços e a Assembleia Municipal estarão sempre recetivos a receber os esclarecimentos e as demonstrações daquilo que vai ser a revisão do PDM, já com as alterações. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não havendo mais pedidos de esclarecimentos, foi o voto de louvor apresentado pelo Presidente da Assembleia Municipal sujeito a votação, apurando-se o seguinte resultado: -----

O voto de louvor do senhor Marcos António Neves da Fonseca foi aprovado por unanimidade, o qual o Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos serviços o envio à pessoa em causa da aprovação deste voto de louvor. -----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o período de **ANTES DA ORDEM DO DIA** e deu entrada no período da **ORDEM DO DIA**. -----

Seguiu-se a **apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município**, agendada no **ponto um** da ordem do dia, e para a qual foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal**, que começou por transmitir ter algumas informações que gostaria de partilhar, sendo que a questão da Conservatória de Tabuaço já tinha sido abordada na sessão anterior. Informou que manifestou o seu desagrado com aquilo que estavam a vivenciar no concelho de Tabuaço na reunião com a CIM Douro (Comunidade Intermunicipal do Douro), questionando se existia em mais algum concelho a mesma situação ou situações similares, ao qual verificou que existiam situações, mas não na mesma dimensão. -----

Continuou referindo que reuniu com a senhora Presidente do Instituto de Registos e Notariado durante o mês de janeiro, onde estiveram presentes mais pessoas das diversas áreas da instituição, onde manifestou aquilo que tinha sido dito à época, em que a Conservatória de Tabuaço ainda se encontrava encerrada, ao qual disse que era inaceitável, manifestando a total e inteira disponibilidade, à semelhança daquilo que tinham referido, no auxílio do processo, ou seja, na afetação de recursos e na questão de continuar a não ter um conservador, situação essa que fica minimizada, pelo facto de ter um notário. Mais disse que uma situação não invalida a outra, o que não deixa de obrigar aquilo que o Instituto de Registos e Notariado tem de cumprir, ou seja, é direito do município que o território e que a população de Tabuaço, tenham obrigatoriamente uma Conservatória. -----

Continuou, informando que aquilo que lhe foi transmitido era que estava a existir uma enorme dificuldade na captação de funcionários de outras realidades para Tabuaço, que existia uma outra situação onde tinham salvo erro três interessados numa fase final de aceitarem, o que acabou por se concretizar

ATA 14 || 2021.2025 Fls. 293



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

passado alguns dias, realçou que veio um funcionário, e neste momento a Conservatória encontrava-se aberta, dentro das suas enormes limitações que daí advém, como também já acontecia no passado, aquando o conterrâneo Miguel Ângelo também esteve sozinho, o que humanamente era impossível conseguir, pois estar ao mesmo tempo a trabalhar e a fazer atendimento ao balcão, acabava depois por haver grandes limitações de horários, o que levava a agendamentos. Foi-lhe transmitido também que no mês de fevereiro iria chegar mais um funcionário, e também foi agradecido e aceite pelo Instituto de Registos e Notariado a proposta feita pelo município de facultar eventualmente recursos, e que existiam protocolos, protocolos esses que já os tinham colocado à consideração, e que neste momento estavam a ser avaliados pelos departamento jurídico, quer na sua viabilidade, quer no seu enquadramento, sendo que os funcionários do município não terão a mesma capacidade e autonomia de trabalho, visto que existem uma série de impedimentos legais pelo facto das pessoas não terem um vínculo á entidade, o que os leva a que não possam trabalhar em determinadas áreas, mas em conversa com a senhora que se encontra na Conservatória de Tabuaço e a senhora Vice-Presidente da Câmara, existem trabalhos administrativos que podem de alguma forma facilitar o funcionamento da Conservatória, que até ao final de fevereiro iriam ter melhores condições, a nível da abertura, funcionamento e também da capacidade de dar resposta às situações de carências dos munícipes. -----

Relativamente à questão da Conservadora, foi um pouco mais vazio o compromisso do Instituto de Registos e Notariado, manifestou o seu desagrado, afirmando que seriam completamente intransigentes nesta situação e que estavam disponíveis, como foi á época quando encerraram os tribunais ou se transformaram em secções de proximidade, em partilhar um conservador entre Armamar e Tabuaço, e que também fruto daquilo que tem sido este definhar do estado das conservatórias, o que já tinha acontecido no passado, sendo que a realidade é difícil, mas Armamar continua sem conservador, e isto é uma situação inaceitável, independentemente de parte daquilo que foi o compromisso do Instituto de Registos e Notariado, ter sido cumprido, ou estar a ser cumprido, ao qual acreditam ainda naquilo que é a bondade e a boa-fé das instituições e de quem as representa, mas não conseguem aceitar uma situação que decorre da lei, que é obrigatória, porque mais uma vez não têm acesso às mesmas coisas que os outros lugares têm, porque não consegue ser atrativo para os conservadores virem para Tabuaço, com a desculpa que fica muito longe, porque custa muito cá chegar, porque eventualmente, aquilo que se paga e as ajudas não servem. Continuou afirmando que se deixarem de investir, a falta de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

investimento e o problema demográfico a isto leva, e a verdade é que se é para continuar a não investir, piorando porque isto já nem sequer é manter o investimento, porque mantendo o investimento com menos gente e com piores condições, não serve, tem de existir uma reversão nas coisas para que não se perca tanta gente, caso continuemos a não garantir a qualidade dos serviços que há trinta ou que há quarenta anos funcionava melhor do que funcionam hoje, mais vale deixar de investir e vamos para outros lados, porque não tem sentido e o nosso Estado, os nossos Governos e sem qualquer questão partidária, aqui têm que garantir este tipo de situações, até porque na saúde receberam as competências mas ninguém percebe nada, nem a própria saúde neste momento percebe a estrutura de uma unidade local de saúde, que no sítio onde há mais dificuldades em cruzar concelhos, mas no norte do país cria-se a maior unidade local de saúde, que são mais o menos vinte e quatro concelhos de Viseu, que vão desde Chaves até aqui ou até Penedono, é perfeitamente absurdo, porque, já antes dentro daquilo que era uma realidade de dez concelhos, com as suas especificidades e com as suas diversidades que era o Douro Sul, agora conseguirem estarem numa realidade que é incomparavelmente maior, e que as características são ainda mais dispersas, os problemas não são os mesmos e com uma realidade ainda mais agravada, pois se mesmo antes tinham a dificuldade que tinham por aqui estar, mas pelo menos tinham uma organização que era o ACES Douro Sul que tentava defender estes dez concelhos, aquilo que é a força, a capacidade ou pelo menos a crença de que têm a capacidade de influenciar decisões, é incomparavelmente mais pequena, e bastava perceber nesta situação, e durante o tempo em que o ACES funcionou, podia ser ou por substituição ou por contratação, falhava um médico aqui ou noutra sítio, mas conseguiam ir sempre balizando as coisas. -----

No seguimento deste assunto informou que neste momento têm quatro médicos, uma das senhoras doutoras, infelizmente, está de baixa médica, uma outra senhora doutora, entrou agora de baixa médica por motivos de gravidez, ou seja, de licença de maternidade, e neste momento têm dois médicos e ninguém concorre para a ULS (Unidade Local de Saúde), e a ULS não consegue contratar médicos, por não ser atrativo para os médicos aquilo que apresentam, e neste momento encontram-se numa nova modalidade em que iam ficar todos muito melhores nas coisas, mas é vendida a ideia de que mudaram para uma outra estrutura de saúde e ao fim de um mês aquilo que é o Governo, aquilo que é o Serviço Nacional de Saúde não consegue garantir aquilo que teoricamente há dois meses tinham referido. Ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais absurdo é a própria estrutura de saúde não perceber muito bem ainda de que forma é que esta tal unidade local de saúde com esta dimensão irá funcionar. -----

Salientou ainda que este assunto merece uma reflexão grande e profunda, têm de parar de disparar em todos os sentidos para aquilo que são os nossos problemas, até porque se são poucos, não são capazes de fazer esta avaliação mais profunda, frisando que não têm nada que ver com questões partidárias, mas sim com o modelo de governação e de sustentabilidade de um país que não funciona, e não funciona porque a população está concentrada numa série de sítios e é aí que o dinheiro continua a ser gasto, mas que culpa têm as pessoas, um presidente junta, um membro de uma junta de freguesia, as pessoas que fazem parte das associações, que obrigação é que têm pelo facto de ter nascido no concelho, de ter um espírito de voluntarismo e de ainda estarem constantemente a ter que fazer mais do que os outros fazem, o que interessa ter a Conservatória se ela está fechada, o que interessa mudar o modelo da unidade local de saúde se não há mais valências e se não tem capacidade de conseguir fixar mais profissionais, de que interessa estar constantemente a olhar para números, mas depois naquilo que é a prática, não conseguem concretizar absolutamente nada. -----

Concluiu dizendo que esperava que na próxima reunião da Assembleia Municipal, que será em abril, tenham boas notícias, realçou ainda que não é atrativo, mas depois têm impedimentos e uma série de bloqueios, onde não podem criar determinado tipo de ajudas, porque senão no dia de amanhã ainda vão ter problemas, porque não se enquadra na esfera do município, transferem as competências, mas depois não podem contratar médicos, não podem decidir tudo. O próprio Serviço Nacional de Saúde não consegue ter condições atrativas para contratar os médicos quando eles não concorrem. Mais disse que a culpa não passa pelo município por uma série de situações. -----

Relativamente à questão do PDM e do quadro comunitário, informou que estão numa fase de encerramento daquilo que são os indicadores do anterior quadro e que na próxima reunião estarão em condições de apresentar números, e as taxas de concretização dos diferentes projetos, visto que até ao final deste mês tinham de ser preenchidos todos os dados físicos e indicadores, sendo que, no que diz respeito ao PRR (Programa de Recuperação e Resiliência) o mesmo ainda está a decorrer, bem como a preparação daquilo que é o próximo quadro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente da Câmara Municipal, deu ainda conhecimento, pedindo desculpa por não ter comunicado à Assembleia Municipal este assunto no que diz respeito à deliberação do representante da CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tabuaço) fruto de licença de maternidade da atual representante, foram obrigados a substituí-la durante o período de licença, sendo informado que não precisava de ser ninguém com vínculo ao município, ao qual entenderam que neste tipo de entidades, seria uma melhor opção, visto que nestes casos existem sempre uma isenção incomparavelmente maior desde que tenham provas dadas naquilo que é a sua integração e a sua realidade, e à época, até porque era também uma dificuldade que já vinha desde há vários anos a ser manifestada pela CPCJ, entenderam nomear a senhora Doutora Catarina Goiana que é formada em psicologia e que já está há uma série de anos na comunidade, o que lhes parece que consegue colmatar uma área que há uma série de tempo a esta parte tinha de se recorrer a questões exteriores para que fosse resolvida. -----

Referiu ainda que houve a nomeação de uma pessoa para as contraordenações, para que seja possível avançar com todas as situações, e no fundo, também aquilo que é o normal decurso das mesmas. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao Presidente da Câmara Municipal a explanação sobre este assunto e abriu inscrições para o debate tendo-se inscrito o deputado **Cristofe Pedrinho** e o deputado **Micael Lamego dos Santos**. -----

O deputado **Cristofe Pedrinho** usou da palavra para em primeiro lugar falar sobre a ULS, informação prestada pelo Presidente da Câmara, para referir que a Unidade Local de Saúde foi criada a partir de um de janeiro, e que terá os seus pós e contras, e nunca ninguém vai ficar satisfeito, sendo que esta ULS tem salvo o erro dezoito ou dezanove municípios envolvidos, estando a iniciar à um mês, não estando em defesa da unidade, até porque o tempo e o passado mostram que na região Norte a ULS funciona, está a ser adaptada a cada região, afirmando que acredita que a mesma com o passar do tempo, será adaptada à região, e por isso terão de dar tempo ao tempo para demonstrar que foi uma revolução o que está a acontecer a nível da saúde e portanto, que a mesma vai trazer mais benefícios à população. -----

Em segundo lugar, questionar sobre os prazos médios de pagamento do município e com o artigo que saiu na ECO que fez questão de partilhar publicamente, uma vez que é eleito local, faz política, e o senhor Presidente da Câmara disse que para que se faça aproveitamento político no sentido lato do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

termo, disse na informação escrita que o município pode não concordar com a forma como é feita a avaliação deste *ranking*, mas é o que está na lei, e bastava ir aos organismos onde podem encontrar essa informação, e Tabuaço demora cento e sessenta e sete dias a pagar as suas faturas, sendo factual, e onde não há nada a esconder, quer dizer, pode não concordar com essa informação, mas quem presta essa informação é o município, e se as regras deveriam ser outras, isso já é outro assunto. Tabuaço demora em média cento e sessenta e sete dias a pagar aos fornecedores e encontra-se há cinco trimestres consecutivos a agravar esse indicador, as notícias não inventaram nenhum indicador, o próprio município envia a informação para as entidades. -----

Seguiu-se a intervenção do deputado **Micael Lamego dos Santos** que após cumprimentar os presentes na sessão, dirigiu-se ao deputado **Cristofe Pedrinho**, com todo o respeito, dizendo que era engraçado chegar e dizer para ter calma e que precisavam de tempo, pois no seu ponto de vista, diariamente viam os problemas relacionados com a saúde, não andam em políticas de remendos, mas sim à procura de soluções para remendar cada erro que se comete, remendam cada erro que acontece no dia a seguir, reencaminham pessoas para outras urgências porque estão fechadas ao invés de reestruturar totalmente, e quando se fala em políticas de descentralização, a descentralização que existe é efetivamente só de competências, porque em termos de verba e de capacidade de autonomia, essa descentralização não é assim tão grande e, portanto, como indicado pelo senhor Presidente da Câmara, o que acontece em Tabuaço é basicamente dar um presente envenenado, dizem que estamos a descentralizar, existiam oito municípios, salvo erro, pelo menos existiam em dezembro, que não tinham aceitado, e a descentralização foi por alguma razão feita e não podem concordar, na sua opinião. Mais disse, qual seria a solução para o município, seria discordar e parar o processo, e depois quais seriam as consequências dessa paragem. Percebe a aceitação dessa descentralização, mas no seu entendimento foi mal feita, porque não atribui autonomia suficiente, por exemplo, para contratar, e isso sim, deveria ser a solução. Entende que ao fazerem reformas, embora não entenda isso como uma verdadeira reforma, têm de dar tempo para se perceber se resulta ou não, neste âmbito em particular, não podem estar à espera de ver se resulta, têm de as fazer resultar, e esta descentralização partiu desde logo nas suas premissas mal e vai continuar mal e o mesmo acontece no resto das valências. Os serviços públicos andam diariamente a despejar dinheiro sem perceber, o que é mais uma vez um problema de organização. Mais disse que esta competência, essa descentralização de competências, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fosse devidamente organizada e proporcionada de forma a ouvir verdadeiramente os municípios, porque o governo não ouviu os municípios, o governo diz que negociou que falou, mas não ouviu, porque se ouvisse certamente que esta questão seria posta na mesa, questionado se esta questão teria sido devidamente acautelada, onde no seu entender não foi, não querendo entrar na parte política, mas que tinham de perceber, que a maior parte das autarquias eram do Partido Socialista, portanto mais facilmente estariam em concordância, pelo menos na maior parte das câmaras municipais, e que no seu entendimento teve algum peso nesta negociação. -----

Concluiu dizendo que existem preocupações que deveriam ter sido corrigidas e não o foram, e que vão continuar a andar a remendar, olhando para o mapa, olhando para um raio e decidir quais os municípios que se podem aglomerar criando um sistema, ou seja mais um subsistema, complicando quando se podia descomplicar e entregar à Câmara Municipal devidamente de forma regulamentar, para não dar azo a que surgissem outras questões, e regulamentar devidamente as competências que deveriam ter, porque é a Câmara Municipal, é o município que sabe quais são as preocupações e quais são as dificuldades que as pessoas têm no seu próprio município, e essa política de descentralização devia acontecer, referindo que chegava de descentralizar competências sem descentralizar também autonomia e verbas, verbas que são gastas, e depois também poderiam ir à educação que provavelmente andaria por volta dos mesmos tempos. -----

Foi dada a palavra novamente ao deputado **Cristofe Pedrinho** para lembrar que a ULS dentro do seu estatuto cria um representante que não existia antigamente em nenhum órgão da CIM Douro. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia Municipal**, para informar que não era um representante da CIM Douro, mas sim representante dos municípios. -----

Continuou o deputado **Cristofe Pedrinho**, pedindo desculpa pelo lapso, mas existia um representante dos autarcas que abrangia várias áreas, indicando que falavam de uma ULS que seria uma revolução a nível nacional o que estava a acontecer na saúde, questionando se no Porto na região Norte funcionava, porque é que não haveria de funcionar em Tabuaço, porque é que não haveria de funcionar no resto do país. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Usou da palavra o **Presidente da Câmara Municipal** para esclarecer e responder às questões que foram colocadas pelo deputado **Cristofe Pedrinho** referindo que relativamente a questão era obrigado a dizer-lhe que não percebia da situação pois não morava no concelho. Continuou dizendo que funcionava em Viseu e no Porto porque eram modelos diferentes existindo outra atratividade, outra densidade, outra sustentabilidade económica que se tornava mais atrativo para os profissionais concorrerem, sendo este o problema, e enquanto não percebessem que este era o problema, apresentavam as mesmas soluções para todos, quando todos tinham realidades diferentes, podendo andar trinta ou quarenta anos, e não resolviam. Afirmou que o mesmo acontece na Zona Especial de Proteção do Património Mundial, pois quando não sabem e quando se fala num prédio, num projeto, não fazem ideia onde é, e nem sequer percebem o impacto, nem sequer percebem as desvantagens, colocando desvantagens onde serão impactos, podendo inclusive colocar vantagens onde existem problemas, reconhecendo que não eram obrigados a conhecer tudo, mas não podiam tomar decisões e determinados argumentos quando não conheciam a realidade. Continuou dizendo que o Serviço Nacional de Saúde abria concursos, mas ninguém concorria para Tabuaço, nem para Sernancelhe, nem para Penedono, por exemplo, porque não era atrativo, mas se abrissem concursos para Viseu, ou para o Porto, com toda a certeza que haveria médicos e enfermeiros a concorrer, e era isso que entendiam na matéria subjacente a todos os problemas, tudo aquilo que depois iriam edificar numa discussão, numa argumentação, numa estratégia sem que nada, porque logo à partida, a premissa inicial estaria desvirtuada. -----

Mais disse que foram obrigados a colocar uma questão concreta legal em que na unidade local de saúde do Nordeste, os municípios que a integram não têm delegação de competências porque legalmente municípios que integram uma unidade local de saúde não recebem estas competências, que foram transferidas, não havendo nenhuma alteração a este documento, mas, obriga-os a aceitar as competências em dezembro para em janeiro integrarem no ULS, sem existir qualquer alteração legal, questionando quem de direito se não estavam ilegais, pois recebem competências para integrar a ULS, quando os outros que já integram não as podiam receber, afirmando que ninguém respondeu. -----

No que diz respeito à publicação dos números respeitante ao prazo médio de pagamento na ECO referida pelo deputado Cristofe Pedrinho, o Presidente da Câmara Municipal afirmou que quando fala no aproveitamento político, a principal questão era se o deputado tinha lido a deliberação que depois foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

explicada, à semelhança daquela reportagem que houve sobre o poder de compra sobre resultados que já tinham sido questionados há dois ou três anos atrás e que na altura foram justificados, e que nem sequer deram origem a nenhuma reportagem como tinha acontecido nesta vez, e que novamente lançaram uma notícia sem questionar o município, em que no fundo era o principal alvo, o que o leva a pensar que haja aproveitamento político neste tipo de jornalismo. -----

Continuou dizendo que o deputado não foi o único a partilhar, e que o mesmo não falou quando estava a pedir mais tempo para a saúde, quando estava a pedir mais tempo para a descentralização, e não falou no documento que foi emitido pelo Tribunal de Contas a dizer que a clareza que a transparência da descentralização, para além da escassez dos fundos, daquilo que eram as despesas, era uma constante neste processo, portanto, com base num indicador, referiu que esse indicador não era assim tão válido, porque há dezenas de municípios que não transmitiam essa informação à DGAL e a partir do momento em que não transmitiam, a mesma não aparecia no documento. -----

Prosseguiu a sua intervenção referindo que não tinha dois pesos nem duas medidas, contudo poderia haver sempre alguma parcialidade ou algum facciosismo em algumas das suas posições, mas não podiam falar neste assunto e depois defender a descentralização quando o próprio Tribunal de Contas disse que havia pouca clareza e transparência. Mais disse que se o tivessem questionado a ele bem como a senhora Vice-Presidente da Câmara, alguém na Câmara ou a Doutora Fernanda, poderiam ter questionado o facto de terem passado de trezentos dias para cento e sessenta, ou seja metade, em dois ou três anos, e também o facto de continuarem a ter muita dívida de curto prazo que ainda não conseguiram consolidar, fruto daquilo que foi o chumbo do Tribunal de Contas do financiamento de quatro milhões de euros para o efeito, todos esses prazos de pagamento contam de igual forma e somam igualmente nessa situação, porque se forem avaliar aquilo que é a gestão corrente e aquilo que é a gestão a trinta ou noventa dias das compras e dos pagamentos do município, esse prazo diminui. Afirmou ainda que o aproveitamento político tem que ser feito, e que toda a gente fazia um aproveitamento político, e que entende como legítimo, se entendesse que houvesse aproveitamento político mas tivessem perguntado a ele ou à Câmara e ele tivesse dado a sua opinião, nunca numa reunião de Câmara iria falar nisso, mas falou, conversaram e no seu entendimento começa a ser um padrão, visto que o questionaram há três anos atrás sobre esses dados, fazem reportagens com esses dados sem saber se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

são os que se refletem hoje me dia, não questionam as entidades que são colocadas em causa, aconteceu há dois meses, e passados dois meses aparece uma notícia destas sem ninguém os contactar. Disse ainda que era uma situação inadmissível visto que podiam ter tido o direito de não falar ou então de esclarecer, e que os órgãos de comunicação lançaram notícias sem fazer ideia do que é que estavam a falar, dando como exemplo a reportagem que foi feita onde indicavam que o serviço de saúde estavam cada vez pior onde filmaram o hospital antigo da misericórdia em vez de mostrar o centro de saúde que está em funcionamento que é relativamente novo, bem como filmarem, também, o Agrupamento de Escolas, dizendo que tem cada vez menos crianças, isto porque filmaram a escola num momento de aulas, em vez de mostrarem as mesmas no recreio, mostrando mais uma vez a sua revolta por não ter sido contacto enquanto Presidente da Câmara para esclarecer estes assuntos, sendo que nunca se negou a responder a qualquer esclarecimento, salientando ainda que apenas se negou a prestar declarações sobre o último processo a decorrer. -----

Conclui dizendo que não podem admitir que os órgãos de comunicação social cada vez que falam do Concelho de Tabuaço, falem por situações menos boas, e quando falam pelo menos tenham a decência de perguntar para que os possam esclarecer. -----

Continuando, e feita que estava a apreciação do **ponto um** respeitante à **informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município**, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **ponto dois** da ordem do dia, referente à apreciação do **relatório anual de atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Tabuaço, respeitante ao ano de 2023**, tendo pedido à Secretária da Assembleia Municipal que tomasse da palavra para fazer a apresentação do relatório. -----

A **Secretária da Assembleia Municipal** começou por cumprimentar todos os presentes, e como membro da Comissão Alargada da CPCJ, deu as boas-vindas à Dra. Catarina Goiana e de seguida leu a breve síntese do relatório anual de avaliação de atividades de 2023, cujo teor seguidamente se transcreve: ---

“A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tabuaço (CPCJ) é uma instituição oficial não judiciária com autonomia funcional que visa promover os direitos da criança e do/a jovem e prevenir ou por termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. -----

ATA 14 || 2021.2025 Fls. 302



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A CPCJ é composta por duas modalidades, alargada onde fazem parte 14 elementos provenientes de diversas entidades e restrita composta por 5 elementos, que obrigatoriamente fazem parte da modalidade alargada. -----

Compete à comissão na sua modalidade alargada desenvolver ações de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo para a criança e jovem. -----

No ano a que se reporta o relatório anual de avaliação de atividades de 2023, a comissão alargada reuniu 5 vezes, para atividades específicas, ou seja encontrar respostas sociais, realizar o diagnóstico de funcionamento da CPCJ, avaliar as necessidades/problemáticas, elaborar o plano anual de atividades e sensibilizar/divulgar o trabalho desenvolvido pela comissão. -----

Face ao ano em avaliação, a comissão desenvolveu várias ações para divulgar a sua atividade junto da comunidade, a saber: Estendal dos Direitos das Crianças e Combate ao Abuso Sexual; Dia Mundial da Criança; Laço Humano; Laço Azul; Distribuição de laços azuis e Distribuição de desdobráveis da CPCJ. -----

Considera-se que estas ações tiveram fatores positivos, nomeadamente, uma intervenção precoce; permitiu uma proximidade local, conhecimento da realidade por parte da CPCJ e articulação com entidades com competência em matéria de infância/juventude. -----

As práticas decorrentes do trabalho da comissão resultaram num diagnóstico de necessidade e promoção, trabalhar com as famílias e articular com outros serviços da comunidade. -----

Compete à comissão na sua modalidade restrita intervir nas situações em que uma criança ou jovem está em risco/perigo. -----

A periodicidade das reuniões da comissão restrita é, em regra, quinzenal, podendo, quando se justificar, reunir extraordinariamente mais vezes. -----

A comissão restrita adotou, no ano em avaliação, a distribuição do trabalho processual por gestores. A sua distribuição é determinada pelos seguintes critérios: 1.º situação de perigo e valência técnica; 2.º disponibilidade dos técnicos e intervenção anterior do técnico e 3.º número de processos por técnico. -----

Todos os processos têm de ser introduzidos, pelos gestores, numa aplicação informática, que existe a nível nacional. -----

Relativamente aos aspetos gerais do funcionamento da CPCJ, é a Câmara Municipal de Tabuaço que cede as instalações, equipamento informático, material de desgaste e viatura. -----

Considera-se que a Câmara Municipal de Tabuaço presta todo o apoio necessário para o bom funcionamento desta comissão. -----

As comissões são objeto de auditorias e de inspeção nos termos da lei. As inspeções às comissões de proteção são da competência e iniciativa do Ministério Público, podendo ter lugar por solicitação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da comissão nacional. As inspeções têm por objeto a atividade globalmente desenvolvida pelas comissões de proteção. -----

Assim, no ano em apreço, esta CPCJ estabeleceu contacto telefónico com o interlocutor designado pelo Ministério Público sempre que necessário, tendo havido uma boa articulação. -----

Relativamente à Comissão Nacional, a articulação foi globalmente positiva, sendo muito eficaz e útil. No que respeita aos dados dos relatórios extraídos da aplicação informática, podemos verificar que do ano de 2022 para o ano de 2023 transitaram 12 processos, foram instaurados 6 processos, reabertos 5 e arquivados 11 processos. No final do ano em apreço encontravam-se ativos 12 processos. -----

Quanto à problemática sinalizada, destaca-se a violência doméstica. -----
As entidades que mais sinalizaram foram, autoridade policial, os serviços da segurança social e estabelecimentos de ensino. -----

Maioritariamente, estas sinalizações foram realizadas por email, sendo de seguida o contacto privilegiado por escrito. Refira-se que, apenas 1 sinalização foi feita presencialmente. -----

Relativamente às Medidas de Promoção e Proteção, no ano em apreço, não foi aplicada nenhuma medida provisória. No que se refere às medidas definitivas, foram aplicadas, somente, medidas em meio natural de vida, nomeadamente, apoio junto dos pais e apoio junto de outro familiar. -----

No que respeita aos processos arquivados, 1 processo foi arquivado por a situação de perigo já não subsistir, 1 processo foi arquivado por não se confirmar a situação de perigo, 3 processos foram arquivados por cessação da medida, a situação de perigo já não subsiste, 1 processo remetido para o Ministério Público por não cumprimento reiterado do acordo de promoção e proteção e 1 processo remetido para o Ministério Público por retirada de consentimento para intervenção. -----

Foram, ainda, recebidos 2 pedidos de colaboração para assinatura de consentimento e solicitados a outras CPCJ 4 pedidos de colaboração, 3 para assinatura do acordo de promoção e proteção e 1 visita domiciliária." -----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à Secretária da Assembleia Municipal o breve enquadramento sobre este assunto e abriu o ponto a apreciação ou esclarecimento por parte do Plenário. Não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções sobre este assunto, passou-se para o **ponto três** respeitante à apreciação, discussão e votação da **segunda proposta de atualização da Estratégica Local de Habitação do Concelho de Tabuaço** tendo pedido ao Presidente da Câmara Municipal que tomasse da palavra para fazer uma breve contextualização do assunto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por referir que seria rápido dizendo que aprovaram inicialmente a estratégica local de habitação tendo a noção que seria um projeto evolutivo e que juntamente com os presidentes de junta que participaram no processo de identificação, quer dos imóveis, quer da famílias, poderia haver situações que não se concretizariam, e surgir outras novas, e por isso englobariam alguns edifícios públicos que poderiam ser requalificados, tendo assim uma oportunidade para o fazer, fruto dessa urgência pois até ao final do mês grande parte destes assuntos estariam resolvidos para puderem efetivar a candidatura sem nenhum problema a nível dos procedimentos. Mais disse como tinha referido anteriormente, sendo esse o motivo para a antecipação da reunião, solicitando para que aprovassem este ponto, para que pudessem assinar e enviar para o IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana) as candidaturas, candidaturas essas que estavam afetas à segunda revisão da Estratégica Local de Habitação. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu as explicações tidas como necessárias pelo Presidente da Câmara Municipal sobre este assunto e abriu o ponto a apreciação ou esclarecimento por parte do Plenário, tendo-se inscrito o deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

Usou da palavra o deputado **Cristofe Pedrinho** para perceber se após a entrada das candidaturas existia algum prazo previsto de execução das próprias obras, e quando é que as mesmas seriam finalizadas, ou seja, qual o prazo de finalização das obras na sua totalidade ou em parte delas. -----

Em resposta a esta intervenção, o **Presidente da Câmara Municipal** referiu que se não houver alterações, o final de toda a estratégia, ou seja, a sua concretização será no final do ano de dois mil e vinte e seis, em que as obras serão feitas de forma gradual à medida que as candidaturas forem chegando e as pessoas tiverem preparadas, bem como os próprios pareceres que muitas das vezes são necessários para aprovação das intervenções e dos respetivos projetos de arquitetura. Mais disse que dois anos passam rápido, e se não houver nenhuma prorrogação temporal até ao final do ano de dois mil e vinte seis, a estratégia estará terminada, o que não invalida que se for necessário ao longo deste ano possam surgir alterações e será novamente este assunto abordado numa próxima sessão. -----

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara e não havendo mais intervenções sobre este assunto foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, com vinte e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dois votos favoráveis, de referir que no momento da votação o **Presidente da Junta de Sendim** não se encontrava presente. -----

Continuando com os trabalhos agendados, o Presidente da Assembleia Municipal deu entrada no **ponto quatro** da ordem do dia, referente à apreciação, discussão e votação da **proposta da Carta Educativa do Concelho de Tabuaço**, tendo pedido ao Presidente da Câmara que tomasse da palavra para fazer uma breve contextualização sobre o assunto. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** solicitou que a Vice-Presidente da Câmara apresentasse o ponto quatro, cinco e seis, visto ser um pelouro seu e tendo sido ela quem trabalhou e tratou dos pontos. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** iniciou a sua intervenção, informando que a Carta Educativa que tinha sido remetida é a versão final, onde já tinham sido cumpridos todos os requisitos legais, nomeadamente a submissão à aprovação pelo órgão executivo da Câmara Municipal, juntamente de um parecer favorável do Conselho Municipal de Educação. Mais disse, que a lei deixava a possibilidade de optarem por remeter a Carta Educativa a consulta pública, e só depois remetê-la à Assembleia Municipal, sendo que entenderam que não o deveriam fazer nesta fase, visto que poderia haver entendimentos diferentes, e porque seria preciso fazer uma reunião da Assembleia Municipal Extraordinária só para a apreciação da Carta Educativa. Continuou afirmando que a Carta Educativa pode ser revista a qualquer altura e sempre que houver necessidade para além dos prazos legais para a sua reavaliação, sendo um documento obrigatório e o terem devidamente validado, e por isso esta urgência de o trazerem para apreciação nesta Assembleia Municipal, pois aquando da apresentação da candidatura de requalificação do Agrupamento de Escolas, das escolas que foram transferidas no âmbito da transferência de competências ao nível da educação, sendo que é necessário ter o documento aprovado para se candidatarem à verba que possibilita fazer obras estruturais, obras de grande valor conforme o senhor Presidente de Câmara já deve ter referido em outras assembleias, e portanto estariam em condições de recorrer ao aviso em igualdade de circunstâncias com os outros municípios. Finalizou dizendo que a versão que trouxeram é um documento extenso, e que mesmo não sendo possível fazer a articulação com as várias áreas, nomeadamente a saúde, todos os organismos, e todas as entidades que fazem parte da vida comunitária, optaram por fazer uma abrangência, para que fosse um documento mais completo e único e que lhes permitisse ter uma base na estrutura em termos de educação. -----

ATA 14 || 2021.2025 Fls. 306



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Terminados os esclarecimentos por parte da Vice-Presidente da Câmara, respeitante à **proposta da Carta Educativa do Concelho de Tabuaço**, e não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções sobre este assunto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e um votos favoráveis e a abstenção do deputado **Cristofe Pedrinho**, de referir que no momento da votação, o **Presidente da Junta de Sendim** não se encontrava presente. -----

Posteriormente, passou-se ao **ponto cinco** respeitante à apreciação, discussão e votação da **proposta do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações e Entidades do Concelho de Tabuaço**. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu palavra à Vice-Presidente da Câmara, como tinha referido anteriormente o Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** propôs a apresentação do **ponto cinco** respeitante à apreciação, discussão e votação da **proposta do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações e Entidades do Concelho de Tabuaço** e o **ponto seis** concernente à apreciação, discussão e votação da **proposta do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia**. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** aceitou a proposta e deu a palavra novamente à **Vice-Presidente da Câmara Municipal**. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** no uso da palavra fez um breve enquadramento, referindo que os dois regulamentos foram ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, sendo remetidos a todos os senhores deputados através do senhor Presidente da Assembleia Municipal para apreciação antes de irem a discussão pública, afirmou que o executivo entendeu e sendo seu apanágio fazê-lo sempre que lhes for possível, o remeter de toda a documentação para apreciação de todos os deputados antes de ir à apreciação e discussão pública, ao qual os mesmos tiveram oportunidade de os analisar antes de o público se pronunciar sobre os mesmos. -----

Continuou dizendo que como todos sabem houve uma colaboração do deputado Nuno Manuel Paiva Oliveira, como referiu na última Assembleia Municipal, na redação das duas propostas de regulamento.

ATA 14 || 2021.2025 Fls. 307



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse ainda, que apenas no Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia houve contributos por parte de um senhor, documento ao qual todos tiveram acesso, e que se referiu essencialmente sobre pontuações, vírgulas, que ele entendia e bem, que não estavam bem colocadas, mas em que não interfere com o conteúdo do próprio regulamento, e por isso os dois regulamentos estavam em condições para serem apreciados e votados se assim o entendessem. -----

Apreciados os pontos, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições do ponto cinco e o do ponto seis, tendo-se inscrito o deputado **Cristofe Pedrinho**. -----

No uso da palavra o deputado **Cristofe Pedrinho** saudou a criação do regulamento, uma vez que é importante que haja uma baliza na atribuição de subsídios às associações, para que todas as associações possam saber quais as condições. Concluiu afirmando que já o tinham solicitado várias vezes, e que era um suplemento importante e um mecanismo importante para a transparência de atribuição desses subsídios. -----

Concluídas as intervenções foram os pontos sujeitos a votação em separado, apurando-se os seguintes resultados: -----

O ponto cinco respeitante à **proposta do Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídios e Apoios às Associações e Entidades do Concelho de Tabuaço** foi aprovado, por unanimidade, com vinte e dois votos favoráveis, de referir que no momento da votação, o **Presidente da Junta de Sendim** não se encontrava presente. -----

O ponto seis respeitante à **proposta do Regulamento de Toponímia e Numeração de Polícia** foi aprovado, por unanimidade, com vinte e dois votos favoráveis, de referir que no momento da votação, o **Presidente da Junta de Sendim** não se encontrava presente. -----

Seguiu-se para o **ponto sete** respeitante à apreciação, discussão e votação da **proposta de autorização para a abertura de procedimento concursal, em regime de mobilidade entre órgãos, para o recrutamento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Assistente Técnico para exercer funções na Divisão de Gestão e Administração do Território**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara, pedindo-lhe que fizesse a apresentação do ponto em epígrafe. -----

No uso da palavra o **Presidente da Câmara Municipal**, começou por transmitir que como aquilo que será o encerramento das contas, o documento não tinha necessidade de vir a esta Assembleia Municipal, pelo facto do enquadramento do município estar abaixo do limite do endividamento e isso não obrigar, mas sim antecipar a realidade a breve trecho no município e que nesta área as pessoas que estão afetadas, uma está com um grau de incapacidade, e a outra irá aposentar-se daqui a uns meses, e nesse sentido abrir uma vaga a um concurso de mobilidade a alguém que já tenha vínculo com o público no sentido de poder recorrer para tentar antecipar nesta área, alguma transferência de informação, de forma atempada para não ficarem sem recursos, e sendo assim ficariam com uma solução perfeitamente integrada de forma a dar respostas àquilo que são as necessidades do município. -----

Terminados os esclarecimentos por parte do Presidente da Câmara Municipal e não havendo pedidos de esclarecimentos ou intervenções sobre este assunto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e dois votos favoráveis e a abstenção do deputado **Cristofe Pedrinho**.

Apreciados os pontos, o **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura do **ponto oito - outros assuntos de interesse para o Município**, da ordem do dia da agenda de trabalhos da sessão, não havendo inscrições, questionou o Presidente da Câmara Municipal se queria fazer alguma intervenção. -----

O **Presidente da Câmara Municipal**, no uso da palavra, referiu que no âmbito da delegação de competências da Segurança Social mantém o protocolo com a entidade que estava na altura, porque não tinham ainda definido essa situação. -----

Mais disse, que estavam a preparar a candidatura para a requalificação da escola, segundo o mapeamento cuidado pelo Ministério da Educação, estando o projeto entregue, discutido na última reunião da Comunidade Intermunicipal do Douro (CIM Douro) que para além do mapeamento que foi feito pela DGEstE (Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares) e pelo Ministério da Educação, continuam a entender que a CIM Douro tem de ter uma palavra naquilo que é o estabelecimento e a hierarquização das prioridades de investimento, uma vez que entendem que a prioridade que é dada e

ATA 14 || 2021.2025 Fls. 309



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a hierarquização que é dada a essas escolas e às intervenções na CIM Douro, não refletem a urgência uma vez que depois será um dos fatores a ter em conta naquilo que é o valor disponível, e naquilo que é a majoração e a classificação das propostas. -----

Finalizou, dizendo que a candidatura do BUPi (Balcão Único do Prédio) está terminada para colocar em breve trecho, e otimizar mais o funcionamento de uma plataforma e de um serviço que funciona bastante bem. -----

Seguidamente a Secretária da Assembleia Municipal leu a minuta da ata, que após votação foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão quando eram dezasseis horas e trinta minutos. -----

Para que conste, faça fé e validade vai a presente ata ser assinada pelo Presidente e Secretários, respetivamente. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, -----

□

O PRIMEIRO SECRETÁRIO, -----

□



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A SEGUNDA SECRETÁRIA, -----